



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

SILVIA ESTELA TRINDADE QUEIROZ LOPES

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS
FLORESTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: ANÁLISE DO
CURRÍCULO EM TRACUATEUA - PARÁ – BRASIL**

**BRAGANÇA-PA
2022**

SILVIA ESTELA TRINDADE QUEIROZ LOPES

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS
FLORESTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: ANÁLISE DO
CURRÍCULO EM TRACUATEUA - PARÁ – BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos obrigatórios para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, Faculdade de Educação do Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará.
Orientador: Prof. Dr. Rogerio Andrade Maciel

**BRAGANÇA-PA
2022**

SILVIA ESTELA TRINDADE QUEIROZ LOPES

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: ANÁLISE DO CURRÍCULO EM TRACUATEUA - PARÁ – BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como parte dos requisitos obrigatórios para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, Faculdade de Educação do Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rogerio Andrade Maciel
Orientador – UFPA

Profa. Dra. Edilene do Socorro Silva da Rosa
Examinadora - UFPA

Prof. Dr. Salomão Antônio Muffarej Hage
Examinador - UFPA

BRAGANÇA-PA
2022

Quero dedicar este trabalho aos meus amados e queridos filhos, Paulo Guilherme e Isadora. Vocês são, e sempre serão, a força que me move, me fazendo escolher sempre o caminho do bem e da justiça. Vocês me inspiraram. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Chegou o extraordinário momento de relembrar todo o percurso que me trouxe até aqui e, principalmente, de agradecer. É com o coração transbordando de gratidão, que agradeço a todos que fizeram parte, direta ou indiretamente, desta minha trajetória acadêmica e desta pesquisa.

Primeiramente agradeço a Deus e ao meu anjo da guarda que, nos momentos mais difíceis, me sustentaram, me guiaram e confortaram meu coração e o meu espírito para que eu continuasse esta minha caminhada evolutiva.

Agradeço imensamente a toda minha família – meus filhos, pai, mãe, meus irmãos, sogro, sogra, meus cunhados, meu avô, tias e tios - e amigos que sempre me acompanharam e torceram muito por mim. Agradeço, especialmente, ao meu amado esposo, Breno, que sempre foi meu companheiro e incentivador. Que nunca me deixou desistir. Que sempre acreditou nas minhas capacidades, até mesmo quando eu já não acreditava mais. Muito obrigada por todo amor, carinho, apoio, compreensão e paciência. Amos vocês!

À Universidade Federal do Pará e aos meus professores, meus agradecimentos, pois descortinaram um universo de conhecimento e informações que, talvez, jamais pudesse enxergar se eu não cruzasse os portões desta instituição. Agradeço em especial ao meu orientador, e agora amigo, professor Dr. Rogerio Andrade Maciel que, humildemente compreendeu a minha imaturidade acadêmica, porém, não deixou de acreditar em mim e na possibilidade de realização deste trabalho. Estendo também esse agradecimento aos meus colegas de curso que contribuíram para meu crescimento acadêmico. Compartilhamos muitos momentos que jamais irei esquecer.

À Banca Examinadora, agradeço por terem aceitado o nosso convite em participar e, também, pelas contribuições que visam aprimorar a qualidade deste trabalho. Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos aqueles que, de boa vontade, se disponibilizaram a participar e contrubuíram da pesquisa que resultou no meu trabalho de conclusão de curso.

Muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a concepção de currículo presente na educação de jovens e adultos do campo (EJA), das águas e das florestas em tempos de pandemia da COVID-19, pela Secretaria do Estado de Educação (SEDUC) no Município de Tracuateua, Pará. A metodologia foi constituída pela abordagem qualitativa, seguido da pesquisa de campo e entrevista semiestruturada. Nos resultados constatou-se que a concepção de currículo para os jovens agricultores do Ensino Médio Campo EJA é constituída pelos seguintes arranjos curriculares: a existência de eixos norteadores que compõe os tempos curriculares deste projeto; da adequação do calendário escolar do campo; da composição de enturmarção de acordo com a demanda agrícola; de um currículo por áreas de Conhecimentos e a defesa do Projeto Pessoal do Jovem; de atividades curriculares prescritas para o ensino remoto e a perpetuação das práticas curriculares presenciais desenvolvida pelos professores; de uma Pedagogia da Alternância em dois tempos e no contexto pandêmico ela ganhou um novo significado, a de um único tempo de formação; de novos espaços escolares de ensino e aprendizagem para os alunos, e a constituição de valores humanos e as relações interpessoais entre professores e discentes, foram as principais concepções de currículo neste projeto em tempos de pandemia da Covid- 2019 no município de Tracuateua, Estado do Pará, Brasil.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Contexto Pandêmico, Currículo no Campo.

ABSTRACT

This research aims to analyze the curriculum design present in the education of young people and adults in the countryside, water and forests (CCAF), in times of the covid-19 pandemic, by the State Department of Education (SEDUC) of the State of For. The methodology consisted of a qualitative approach, followed by field research and semi-structured interviews. In the results, it was found that the curriculum design for young farmers in Campo EJA High School is constituted by the following curricular arrangements: the existence of guiding axes that make up the curricular times of this project; the adequacy of the rural school calendar; the ensemble composition according to agricultural demand; a curriculum by areas of knowledge and the defense of the Personal Youth Project; from curricular activities prescribed for remote teaching and the perpetuation of face-to-face curricular practices developed by teachers, from a Pedagogy of Alternation in two stages and in the pandemic context it gained a new meaning, that of a single training period; of new teaching and learning school spaces for students, and the constitution of human values and interpersonal relationships between teachers and students, were the main curriculum concepts in this project in times of the Covid-2019 pandemic in the municipality of Tracuateua, State of To Brazil.

Keywords: Youth and Adult Education, Pandemic Context, Field Curriculum. Abstract

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Organograma do Projeto	20
FIGURA 2. Distribuição/disposição das URES no Estado do Pará.....	22

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Participantes - Professores	17
TABELA 2. Identidade dos alunos participantes da EJA.....	18
TABELA 3. 1ª URE – BRAGANÇA.....	23
TABELA 4. Organicidade Sistêmica do Currículo da EJA Campo.....	25

LISTA DE SIGLAS

CECAF	Coordenadoria de Educação do Campo, das Águas e das Florestas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura
COVID	Coronavírus
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNE	Conselho Nacional de Educação
TCLE	Termo de consentimento e livre esclarecimento
SECOM	Secretaria de Comunicação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
URE	Unidade Regional de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PPJ	Projeto Pessoal do Jovem

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. METODOLOGIA.....	16
3. ANÁLISES E RESULTADOS.....	18
3.1 O PROGRAMA ENSINO MÉDIO EJA CAMPO NO ESTADO DO PARÁ.....	19
3.1.1 A Organização Curricular no Projeto Ensino Médio EJA Campo em Tracuateua – PA.....	25
3.1.2 O Currículo do Projeto EJA Campo Ensino Médio em Tempos de Pandemia da COVID-19, em Tracuateua, Estado do Pará.....	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
5. REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO.....	43
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	45

INTRODUÇÃO

Quando uma mulher preta, mãe, casada e com idade adulta ocupa um espaço na sociedade, podemos considerar que alguns padrões, pré-estabelecidos, foram quebrados. Especialmente, se esse espaço possibilitar um desenvolvimento profissional e pessoal. Para muitas mulheres, essas características criam algumas barreiras que dificultam o desenvolvimento da carreira profissional. Não que esses aspectos sejam realmente barreiras, e sim, porque a sociedade, embasada em valores patriarcais, cria empecilhos que viabilizem tal ação. Essas condições caracterizam a minha vida - ser mulher, preta, casada e mãe – e, durante um tempo, tolheram a minha caminhada acadêmica. Porém, uma inquietude, acompanhada da relutância, me faziam querer mais.

Esse era o contexto, quando adentrei pela primeira vez na universidade, como aluna, quinze anos após concluir a educação básica. Muitas vezes me questionei sobre minha presença naquele espaço. Pensei inúmeras vezes em desistir, por acreditar que já não tinha mais idade para viver essa experiência. Logicamente, eu estava errada. Aprendi na universidade – a cada leitura, a cada diálogo, a cada ensinamento - a me transformar e ao mesmo tempo transformar aquele sentimento de insegurança. Transformar em interesse pelo universo de conhecimento, que é libertador, tal como olhar o fogo e descobrir os objetos que refletiam as sombras, na caverna de Platão.

Agora, aquilo que me caracteriza foi também o motivo especial que me fez querer pesquisar sobre a Educação de Jovens e Adultos-EJA, pois, assim como eu, os sujeitos da EJA sempre retornam à sala de aula com a esperança de um futuro melhor e a certeza de que a educação é o único caminho para a transformação de suas vidas, e consequentemente da sociedade.

Mas, para garantir essa transformação é preciso haja educação e, sobre a EJA, apesar dos avanços nas políticas educacionais que possibilitaram a mudança no que se refere a oferta de ensino da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA)¹ - ampliando e garantindo o acesso a permanência desses sujeitos na escola - um novo contexto mundial surgiu nos últimos dois anos, exigindo mais atenção para esta modalidade da Educação Básica, que vivenciou uma nova realidade, a de uma crise sanitária em escala mundial.

¹ Considera-se que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica, e, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, ela deve ser ofertada pelas secretarias municipais e estaduais de educação, podendo ser presencial ou à distância. Em conformidade com o Art. 37 da LDB, “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.”

O surgimento da COVID -2019, vinculada inicialmente a uma questão de saúde pública, impactou o setor político, econômico, cultural, social e educacional. Este último setor, foi e é, fortemente, afetado nas mais diferentes dimensões, pois, diante da necessidade do isolamento social, para a valorização sobre os cuidados em relação à saúde e a luta pela vida da população mundial, foram necessárias inúmeras práticas educacionais de enfrentamento a COVID-19.

Conforme os dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)², nos primeiros meses do contágio do vírus do Coronavírus, cerca de 300 milhões de crianças e adolescentes ficaram fora das instituições escolares. Diante do aumento do número de casos, a situação já afetava mais de 850 milhões de crianças, em 102 países. Isso porque mais de 1,5 bilhão de estudantes e jovens em todo o planeta foram afetados pelo impacto do fechamento de escolas e universidades em tempos de pandemia da COVID-19. Conforme o discurso da diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay “Nós nunca antes havíamos testemunhado a interrupção educacional em uma escala como esta”. Dessa forma a mesma anuncia ainda que “[...] A parceria é o único caminho a seguir”.

Foi com as articulações entre as organizações internacionais e nacionais, que se diagnosticou o lugar dos sujeitos escolares: as crianças, jovens, adultos e idosos. Ao ficarem fora das escolas, foram os sujeitos mais excluídos a nível de aprendizagem e desenvolvimento humano, o que acirrou as desigualdades sociais, principalmente nos grupos das minorias e das diversidades, dentre eles na Educação de Jovens e Adultos.

É fato que no início da pandemia, em 2020, muitas turmas de Educação de Jovens e Adultos, não haviam iniciado suas aulas e a solução foi a implementação das aulas remotas emergenciais. Contudo, surgiram vários questionamentos em relação à precariedade estrutural das escolas públicas, que não acompanham o desenvolvimento em relação ao uso da tecnologia, conforme Souza (2020).

² A própria UNESCO elaborou como enfrentamento em tempos de pandemia, a coalização global da Educação, aonde foi criada uma plataforma de colaboração e intercâmbio educacional que têm o intuito de proteger o direito à educação durante este período de interrupção educacional súbita e sem precedentes e além, no sentido de apoiar os países a ampliar suas melhores práticas de aprendizagem a distância e atingir crianças e jovens em maior risco, bem como, para desbloquear soluções que não apenas darão suporte imediato a estudantes e professores, como também por meio do processo de recuperação com o principal foco na inclusão e na equidade. Ela reúne mais de 140 membros da família da Organização das Nações Unidas (ONU), sociedade civil, academia e setor privado para garantir que a “aprendizagem nunca para”, para maiores acessar o link: <https://pt.unesco.org/news/unesco-reune-organizacoes-internacionais-sociedade-civil-e-parceiros-do-setor-privado-em-uma>

Assim, as exclusões sociais no âmbito escolares ocorreram de diferentes formas; como a ausência de acesso ao uso das tecnologias digitais, onde o contato entre professores e seus alunos, via ensino remoto, vem sendo alvo de inúmeras críticas pela fragilidade de investimentos no campo estrutural da escola e o investimento com o uso de ferramentas tecnológicas que pudesse incluir os sujeitos no processo educativo das escolares.

As orientações sanitárias nacionais, tendo como referências as orientações internacionais – estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) para os Estados e Municípios no contexto brasileiro, orientava outras formas de atividades pedagógicas: as atividades pedagógicas não presenciais, que tinha o intuito de definir as Diretrizes Nacionais orientadoras dos sistemas de ensino para a implementação do disposto na Lei nº 14.040/2020 pelas instituições e redes escolares de Educação Básica e Instituições de Educação Superior, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, são elas: “ videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs; por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos, conforme identificou-se na recomendação nº 061 de 03 de Setembro de 2020 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e na Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2020.

Essas orientações de enfrentamento em tempos de pandemia da COVID- 19, teve o intuito de desenvolver medidas de implantação para coibir/minimizar os impactos ocasionados pela pandemia da COVID -19, provenientes de diferentes problemas sociais ao campo educacional, são elas: a) A exclusão social dos sujeitos as instituições educativas; b) O aumento das desigualdades sociais referente às condições entre a rede pública e particular, desde, as boas condições de infraestrutura e de gestão das escolas até aquelas que não tinham banheiros adequados, não contam com salas de aulas arejadas e que são superlotadas; c) Desigualdades de recursos, de condição para estudar, de tempo e dedicação para o planejamento escolar; d) Falta de tratamento de esgoto, de água e luz, mas, também, no acesso às tecnologias digitais no cotidiano das escolas para lidar com as práticas de higienização e sanitária entre os profissionais da Educação e Educandos; e, e) Condições precárias de trabalho para professores e demais trabalhadores da educação, sendo que milhares de profissionais da educação vivenciam condições desprovidas de

direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho temporário, eventual, contratos de tempo parcial, por hora, entre outros.

Logo, a exclusão impactou, ainda, os grupos mais vulneráveis como os indígenas, quilombolas, povos da floresta, agricultores, pescadores, ribeirinhos, jovens, adultos e idosos, dentre outros grupos, onde se exacerbou os processos de exclusão e vulnerabilidade nas relações estruturais do Brasil, conforme aponta a recomendação nº 061 de 03 de setembro de 2020 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Souza (2020).

Logo, ainda que se tenha um avanço com Resolução nº 02 de 10 de dezembro de 2020 do Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação a respeito das atividades não presenciais com o uso dos cadernos pedagógicos (atividades impressas), podckert, vídeos aulas e atividades remotas, os alunos sentiram-se inseguros de participar desses processos educativos. E, isso perpassou em todas as etapas, inclusive na Educação de Jovens e Adultos.

Neste sentido o presente texto se propõe a discutir a Educação de Jovens e Adultos em Tempo de Pandemia da COVID-19 com o objetivo de analisar a concepção do currículo na experiência vivenciada na Educação de Jovens e Adultos do campo ofertado pelo Município de Tracuateua, sob a responsabilidade da Coordenação do Campo, das Águas e das Florestas (CECAF)³, responsável pela implantação do Ensino Médio EJA Campo, no Estado do Pará.

Com base nessas percepções é que se pretendeu investigar: Que concepção de currículo se faz presente na educação de jovens e adultos do campo, em tempos de pandemia da covid-19, desenvolvida pela Coordenação do campo, das águas e das florestas (CECAF) no Município de Tracuateua, no Estado do Pará?

Essa indagação será delineada pelas ações educativas organizados pela Coordenadoria de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (CECAF), da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) nesse contexto pandêmico para a educação do campo e os profissionais da educação nas suas respectivas turmas da EJA que desenvolvem as práticas orientadoras desse currículo específico no Município de Tracuateua, pois, compreende-se que o direito pela educação, das populações do campo,

³ A CECAF é uma coordenação responsável pela organização e diretrizes orientadoras das formações de professores com vista a orientar as práticas dos profissionais da educação do campo, que atuam nas turmas de jovens e adultos agricultores, sujeitos que residem nos mais variados territórios campestres do Pará. Segundo os dados da SEDUC (2018), “A iniciativa vai garantir que agricultores concluam o Ensino Médio, sem saírem de suas comunidades e se afastarem das atividades produtivas”.

devem ser articulados, conforme Hage (2011) e Caldart (2002, p. 26), no e do campo: “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação que seja pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

2 - METODOLOGIA

Essa pesquisa apresenta o resultado do projeto ‘Educação de Jovens e Adultos do Campo, das Águas e das Florestas em Tempos de Pandemia da COVID-19: análise do Currículo no Estado do Pará’, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) da Universidade Federal do Pará, - UFPA e aprovado no EDITAL 07/2021, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) 2021, classificado no subprograma PIBIC/UFPA CAMPI DO INTERIOR.

O PIBIC tem por objetivo apoiar a criação e consolidação de grupos de pesquisa e qualificar o ensino de graduação na UFPA, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica a graduandos sob orientação de docentes e técnicos, coordenadores de projetos de pesquisa registrados na instituição, para o desenvolvimento de atividades voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e a processos de inovação.

A metodologia da pesquisa se desenvolveu pelo uso da abordagem qualitativa. Adotamos esta abordagem, por entendermos que ela responde a questões muito particulares, conforme aponta Minayo (2001). A pesquisa ocorreu na escola polo EEEM Marilda Figueiredo Nunes, localizada na comunidade de Vila Fátima, no município de Tracuateua, aproximadamente 28 km de Bragança. Além disso, foi construído o Termo de Consentimento Livre Esclarecimento (TCLE) para a assinatura dos participantes da pesquisa, desenvolvida na comunidade.

Para o procedimento de coleta de dados, foi feita uma pesquisa de campo, pois entendemos que ela permite uma aproximação com o objeto de estudo, como destaca Severino (2007, p. 123)

“Na pesquisa de campo o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados sem intervenção e manuseio por parte dos pesquisadores”.

Diante disso, pode-se dizer que a partir de fenômenos observados em um determinado espaço é possível coletar dados daquilo que acontece em seu contexto real,

viabilizando assim, uma análise a partir dos fatos. O lócus da entrevista foi a EMEIF Maria Francisca de Paula Felipe⁴ que fica localizada na comunidade Parada Bom Jesus no município Bragança-PA, na rodovia Bragança – Capanema, aproximadamente 12 km do município de Bragança.

Os instrumentos de coleta de dados, foram: uma análise documental, feita a partir de uma pesquisa no site oficial da SEDUC, com o objetivo de mapear e sistematizar informações relacionadas ao Ensino Médio EJA Campo, durante o período da pandemia e, também, uma entrevista semiestruturada com os participantes, pois, conforme Severino (2007), a entrevista permite aproximar cada vez mais dos sujeitos da pesquisa, com foco no diálogo e na apropriação dos informantes sobre determinada temática a ser investigada.

Os participantes⁵ que colaboraram com a pesquisa foram: a coordenadora local, quatro professores⁶ e três alunas da EJA Campo. Eles fazem parte da 2ª turma do Programa Ensino Médio EJA Campo, desenvolvido pelo Governo do Pará. A turma teve início em 18 de janeiro de 2021 com estimativa de término no final de 2022. A seguir, visualize as tabelas com as identidades dos participantes:

Tabela 1: Participantes professores

PROFESSORES					
Nome	Idade	Formação	Tempo de Formação	Especialização	Atuação
O. C.S (Professor 01)	31 anos	Física e Matemática	05 anos	Ed. do Campo	Ciência da Natureza (Química; Física e Biologia)
C. R. S. (Professor 2)	33 anos	Matemática	09 anos	Ed. do Campo	Matemática e Informática
C.S. M. A. (Professor 3)	59 anos	Letras (Hab. Língua Portuguesa)	14 anos	Ed. do Campo Ed. EJA L. Portuguesa L. Inglesa (complet.) Pedagogia (complet.)	Linguagem (Língua Portuguesa; Língua Inglesa; Redação e Arte)
J. M. N. R. (Professor 4)	---	Eng. Agrônoma C. Naturais Geografia Pedagogia	10 anos	Ed. do Campo	Ciência Agrária

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

⁴ A pesquisa do projeto aconteceu na EEEE Marilda Figueiredo Nunes, no município de Tracuateua, onde é ofertada EJA Campo, conforme o site da SEDUC. No entanto, o local da entrevista, com os participantes, foi a EMEIF Maria Francisca de Paula Felipe. De acordo com a Coordenadora do projeto, o espaço foi cedido pela Prefeitura de Bragança para que o município de Tracuateua pudesse garantir a oferta da EJA Campo, atendendo os alunos do município.

⁵ Tanto professores quanto alunos possuem pseudônimos para preservar a identidades dos participantes.

⁶ A escola Marilda Figueiredo Nunes é composta por cinco profissionais, entretanto, no momento da pesquisa a campo estavam presentes apenas quatro.

Tabela 2: Identidade dos alunos participantes da EJA

ALUNOS			
Nome	Idade	Turma	Profissão
Ane (Aluna 1)	39 anos	2ª turma	Secretária do Lar
Maria (Aluna 2)	43 anos	2ª turma	Secretária do Lar
Raiana (Aluna 3)	30 anos	2ª turma	Secretária do Lar

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

A tabela 1, compõe a identidade profissional desses professores, na modalidade EJA Campo. A Tabela 2, o perfil dos alunos que participaram da pesquisa⁷.

O tipo de análise, do discurso extraído dos participantes, foi a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin. Conforme a autora:

A Análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações. Não se trata de um instrumento, mas um leque de apetrechos [...] que funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de discricão do conteúdo das mensagens (Bardin, 2016, p. 41).

Bardin apresenta, em seu método, três fases essenciais para que se possa desenvolver uma Análise de Conteúdo, que foram utilizadas para essa pesquisa. A primeira fase, do método de Bardin, é a pré-análise, que permitiu a preparação do material a partir da organização dos documentos e das transcrições das entrevistas, da pesquisa. A segunda fase é a exploração dos materiais, que resultou na tabulação das informações coletadas. A terceira e última fase é a do tratamento dos dados que possibilitou analisar e interpretar os discursos dos sujeitos participantes da pesquisa.

3. ANÁLISE E RESULTADOS

A pesquisa propôs analisar a concepção de currículo, diante disto, faz-se indispensável apresentar um conceito de currículo para uma melhor compreensão do que pretende observar, neste trabalho. Moreira e Silva destaca que:

“O currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas, métodos. Já se pode falar agora em uma tradição crítica do currículo, guiadas por questões sociológicas, políticas, epistemológica.” (MOREIRA E SILVA, p. 07, 2009).

Portanto, o currículo além de considerar a organização e sistematização do processo de ensino e aprendizagem, também, deve ponderar as experiências que envolvem o cotidiano

⁷ Tanto os docentes quanto discentes, assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido e foram registrados pseudônimos em suas identidades para manter a conduta ética da pesquisa

da escola e, também, da sociedade, como um todo. Ele vai além do planejamento e das práticas escolares, é um campo onde também se estabelece relações de poder, ideologia e a cultura.

Para dialogarmos sobre a concepção do currículo presente na Educação de Jovens e Adultos do Campo, das Águas e das Florestas em Tempos de Pandemia da COVID-19, no município de Tracuateua, no Estado do Pará, se faz necessário que o leitor perceba, num primeiro momento, a organização sistemática deste programa no Estado do Pará e seu arranjo nos diversos municípios do Estado, bem como, a funcionalidade deste projeto para adiante analisarmos os novos arranjos curriculares constituídos em contextos pandêmicos da COVID- 2019.

3.1 O Programa EJA Campo no Estado do Pará

O Programa EJA Campo é executado no Estado do Pará, desde 2018, por meio de seus representantes legais - a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) em parceria com o Conselho Estadual de Educação. Este programa foi implementado para os jovens e adultos agricultores que concluíram o Ensino Fundamental, por meio do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra, mas não conseguiram ingressar no Ensino Médio regular, na rede estadual de ensino, por causa da incompatibilidade das atividades na lavoura com as aulas.

A EJA Campo, teve início em agosto de 2018, com o objetivo assegurar que jovens agricultores tenham aulas nas suas comunidades, em áreas rurais em que residem e trabalham. Segundo a Secretaria de Comunicação (SECOM), o programa vai garantir que agricultores rurais concluam o ensino Médio sem precisarem se deslocar de suas comunidades e afastar-se das atividades produtivas.

O Ensino Médio⁸ EJA Campo foi implementado, inicialmente, em 11 municípios⁹, são eles: Augusto Corrêa, Tracuateua, Baião, Abaetetuba, Moju, Tailândia, Faro, São Miguel do Guamá, Santo Antônio do Tauá, Goianésia do Pará e Dom Eliseu. O projeto estima atender 1650 alunos, nessas regiões. Os estudantes estarão vinculados a escolas

⁸ A Lei nº 9.394/96 estabelece, em seu Art. 35, que o ensino médio regular, etapa final da educação básica, terá duração mínima de três anos. Já no Ensino Médio EJA Campo, o tempo de duração, adota uma forma diferente; passa a ser ofertado em até 22 meses, promovendo as adaptações necessárias que visam estimular a permanência dos jovens agricultores.

⁹ Para mais informações acessar o link: <https://redepara.com.br/Noticia/170457/seduc-implanta-ensino-medio-para-jovens-e-adultos-no-campo-em-11-municipios-paraenses>

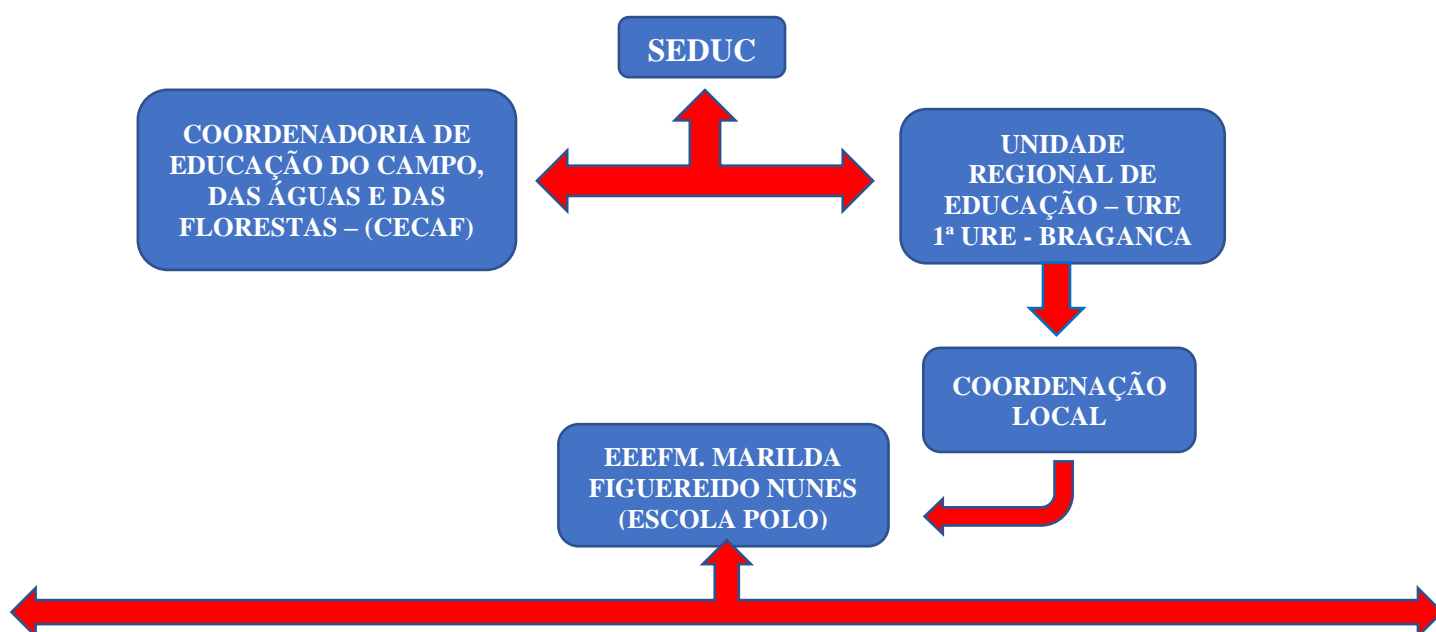
públicas estaduais e municipais. Ainda de acordo com a SECOM, o projeto tem parceria estratégica das secretarias municipais de Educação.

O Programa EJA Campo é composto por três fases, cada uma com 520 horas de atividades pedagógicas, sempre atrelado ao calendário de atividades agrícolas dos alunos. O currículo dessas fases tem temas norteadores como: Sistema de Cultivo e Plantio; Sistema de Criação e Extrativismo, dialogando sempre com as áreas de conhecimentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao término deste ciclo de três fases, os estudantes poderão participar das provas do Enem. Para atuar na nova modalidade da EJA, a SEDUC formou, no período de 6 a 10 de agosto de 2018, em Belém, 66 educadores que participaram de Processo Seletivo.

Este programa ajuda a fomentar os diálogos sobre Educação do Campo, no Estado do Pará, uma vez que ele contribui na efetivação das políticas públicas, viabilizando “à formulação de projetos Político-Pedagógico específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho”, como estabelece o Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, em seu Art. 2º.

Buscando compreender melhor sobre a abrangência e a estrutura organizacional para a implementação do projeto no Estado do Pará, no município de Tracuateua, realizou-se a elaboração de um organograma, com base no levantamento de informações no site da SEDUC.

Figura 1: Organograma do Projeto





Fonte: Elaborado pelos autores, 2022

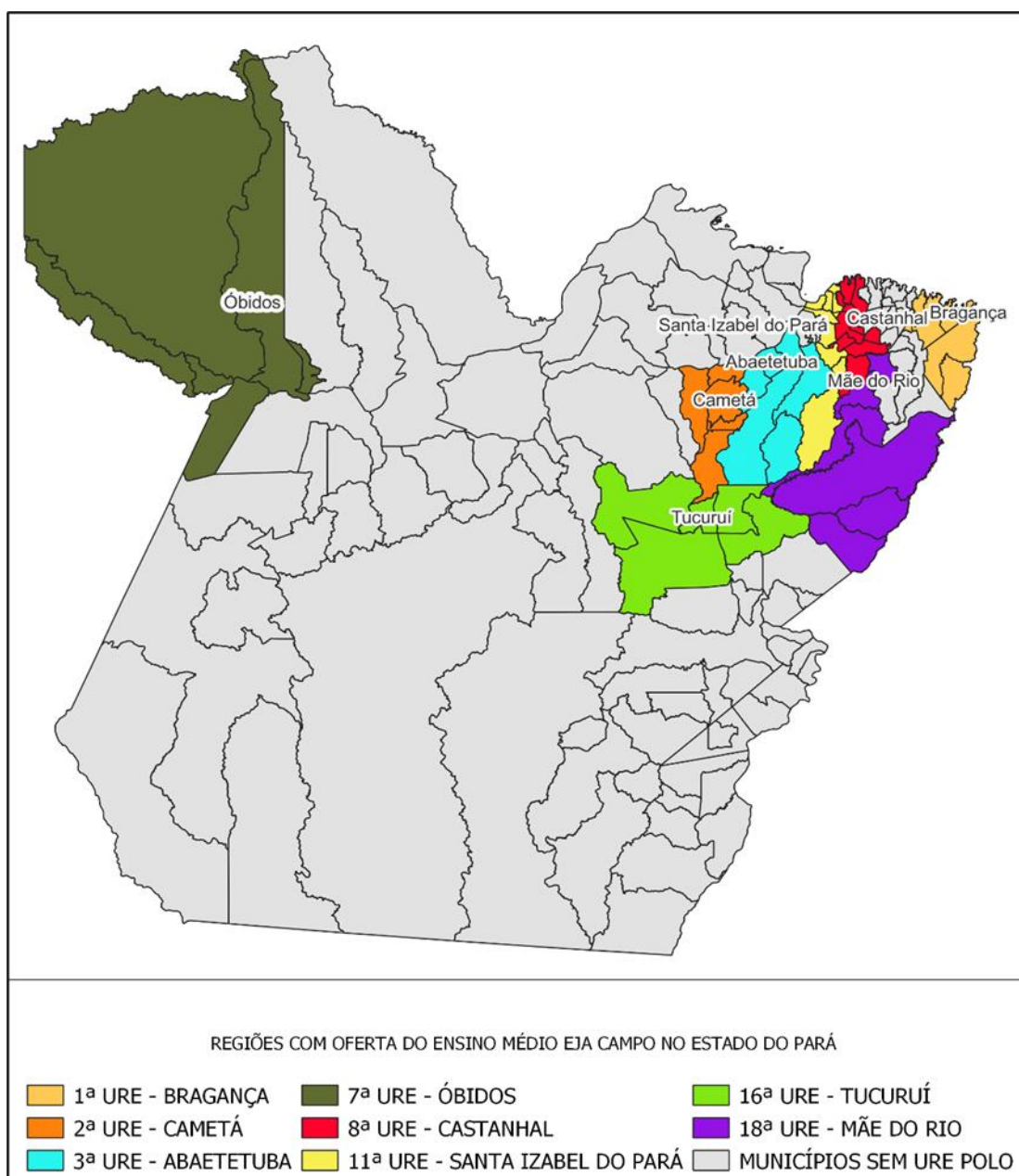
O organograma acima representa a estrutura organizacional da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) e sua Unidade Regional de Educação (URE) com suas respectivas escolas, no município de Tracuateua.

Ao topo está a SEDUC, responsável pelo funcionamento e organização das instituições de ensino do Estado. Logo abaixo estão a Coordenadoria de Educação do Campo, das Águas e das Florestas – (CECAF), responsável pela estruturação, organização e diretrizes orientadoras para a oferta do ensino da educação, atendendo as diversas comunidades do campo e a 1ª URE Bragança, responsável pelo gerenciamento das escolas no interior. Na sequência, vem a Coordenadoria Local, responsável pela operacionalização local e em seguida vem a Gestão da escola e suas respectivas escolas vinculadas, responsável por garantir a efetividade de execução das ações.

A partir dessa pesquisa identificou-se também, no site da SEDUC, as Unidades Regionais de Educação e os municípios que constituem cada URE, além de identificar o tipo de oferta de ensino disponível em por região. Foram identificados 22 URES, composta pelos 144 municípios do Estado do Pará, Elas reúnem um total 839 escolas, onde são ofertado o ensino: Ens. Fund. I de 9 anos; Ens. Fund. I de 9 anos – multisseriado; Ens. Fund. II de 9 anos; Ens. Fund. EJA 1ª e 2ª etapa; Ens. Fund. EJE 3ª e 4ª etapa; Ens. Med. Regular; Ens. Med. Expandido; Ens. Med. Educação especial; Ens. Med. EJA 1ª e 2ª etapa; Atendimento Educacional Especializado; EJA Fund. EJA – Saberes da EJA 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapa; EJA Fund. Projovem - Saberes da Terra 3ª e 4ª etapa; EJA Med. EJA - Saberes da EJA 1ª e 2ª etapa, dentre outras ofertas de ensino.

Como o objeto deste trabalho é a EJA Campo, destacamos as regiões que ofertam a modalidade Ensino Médio EJA Campo, em todo Estado. Conforme o mapa abaixo:

Figura 2: Distribuição/ disposição das UREs¹⁰ no Estado do Pará



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022, a partir dos informes contidos no link:

http://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_matricula/RelatorioMatriculas.php?codigo_ure=1

Conforme sinalizado no mapa acima, cada URE é composta por inúmeros municípios e tem uma sede localizada no município polo. Podemos, assim, citar os municípios onde existem a oferta do Ensino Médio EJA Campo conforme a legenda apresentada no mapa acima. A 1ª URE tem como município polo Bragança e os municípios de Tracuateua, Augusto Corrêa, Viseu, Cachoeira do Piriá, vinculados a ele.

¹⁰ As informações contidas neste mapa são referentes ao ano letivo de 2021. Para mais informações consultar o link: <
https://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_matricula/RelatorioMatriculas.php>

A 2ª URE tem Cametá, como município polo, e Baião, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará como municípios vinculados. A 3ª URE, Abaetetuba como município polo e Acará, Barcarena, Igarapé Miri, Moju, Tailândia, municípios vinculados; 7ª URE tem Óbidos, como município polo, e Curuá, Faro, Juruti Oriximiná, Terra Santa, vinculados e este polo. A 8ª URE tem Castanhal, município polo, e Curuçá, Inhangapi, Marapanim, Santa Maria do Pará, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá e Terra Alta, vinculados; 11ª URE - Santa Izabel do Pará, como polo e Bujaru, Colares, Concórdia do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, Tomé Açu e Vigia, como municípios vinculados; 16ª URE – Tucuruí, município polo e Goianésia do Pará, Pacajá, Novo Repartimento e Breu Branco como municípios vinculados. Por fim, a 18ª URE que tem Mãe do Rio como município polo e Ipixuna do Pará, Irituia, Paragominas, Dom Eliseu, Aurora do Pará e Ulianópolis vinculados a este polo. Totalizando 8 regiões com a ofertas de Ensino Médio EJA Campo Novo.

Na 1ª URE - Bragança, onde o município de Tracuateua faz parte, a oferta do Ensino Médio EJA Campo está distribuída conforme tabela abaixo:

TABELA 03: 1ª URE – BRAGANÇA

MUNICÍPIOS	TOTAL DE ESCOLAS	OFERTAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS
AUGUSTO CORREIA	04	- ENS. MED. REGULAR - ENS. MED. EJA CAMPO NOVO - ENS. MED. SOME REGULAR - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
BRAGANÇA	26	- ENS. FUND. I DE 9 ANOS - ENS. FUND. II DE 9 ANOS - ENS. FUND. EJA 3ª E 4ª ETAPA - ENS. MED. REGULAR - ENS. MED. EJA 1ª E 2ª ETAPA - ENS. MED. SOME REGULAR - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
TRACUATEUA	02	- ENS. MED. REGULAR - ENS. MED. EJA 1ª E 2ª ETAPA - ENS. MED. EJA CAMPO NOVO - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO
WISEU	04	- ENS. MED. REGULAR - ENS. MED. SOME REGULAR - ENS. MED. SEI REGULAR - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CACHOEIRA DO PIRIÁ	02	<ul style="list-style-type: none"> - ENS. MED. REGULAR - ENS. MED. EJA 1ª E 2ª ETAPA - ENS. MED. SOME REGULAR - ENS. MED. SEI REGULAR - ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - EJA FUND. PROJovem SABERES DA TERRA – 3ª E 4ª ETAPA
TOTAL	38	

Fonte: http://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_matricula/RelatorioMatriculas.php?codigo_ure=1

A tabela 02 apresenta a 1ª URE - Bragança com seus respectivos municípios, total de escolas ofertadas, assim como os tipos e níveis de ensino disponível. Vinculados a sua região, tem: Augusto Correa, Bragança, Tracuateua, Viseu, Cachoeira do Piriá. Nesses Municípios são ofertados o ensino: Ens. Fund. I de 9 anos; Ens. Fund. II de 9 anos; Ens. Fund; Ens. Fund. EJA 3ª e 4ª etapa; Ens. Med. Regular; Ens. Med. EJA 1ª e 2ª etapa; Atendimento Educacional Especializado; EJA Fund. Projovem - Saberes da Terra 3ª e 4ª etapa; dentre outras ofertas de ensino. Dentre os municípios vinculados a 1ª URA – Bragança, apenas dois contemplam a modalidade Ensino Médio EJA Campo. Logo, a partir do levantamento realizado no site oficial da SEDUC é possível afirmar a urgência e a necessidade que se faz de ampliação de oferta do Ensino Médio EJA Campo no Estado, pois, das 22 URES - com um total 144 municípios - apenas 8 URES ofertam a modalidade. Dessas 8 URES, que reúne 52 municípios, somente 11 ofertam a modalidade EJA Campo Ensino Médio no Pará.

Substância-se a necessidade de ampliação de ofertas de turmas da EJA Campo, como uma política pública de direito, porque a realidade dos alunos agricultores pode ser representada pelo número de matrículas na área rural, no Estado do Pará. De acordo com o censo escolar 2020 ¹¹, foram declaradas cerca de 600.000 matrículas na área rural, em todo o Estado, considerando as três administrações (Municipal, Estadual e Federal), o que constitui uma identidade significativa nos mais diversos territórios dos municípios que compõem o Estado do Pará.

É preciso compreender esta estrutura organizacional e sistemática, desde a implantação deste projeto quando a sua forma de organização para que o leitor compreenda as concepções de currículo e mudanças em tempos de pandemia da COVID-2019, nesta modalidade da Educação Básica.

¹¹Este dado refere-se a todas as etapas da educação básica. Para mais informações consultar o Link:<
<https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?dashboard>>

3.1.1 A organização curricular no Projeto EJA Campo Ensino Médio em Tracuateua –PA

A Educação de Jovens e Adultos do campo, das águas e das florestas ofertada pela SEDUC no Município de Tracuateua do Estado do Pará, na Amazônia Paraense, funciona na EEEE Marilda Figueiredo Nunes, localizada em Vila Fátima. Esta escola foi designada pela SEDUC como escola polo. Ela tem uma coordenação local, responsável pelas visitas nas comunidades onde funcionam as turmas de EJA. A seguir demonstra-se a organização curricular deste projeto:

Tabela 04 - Organicidade Sistêmica do Currículo da EJA Campo

Escola	EEEE Marilda Figueiredo Nunes	
Fases do projeto	03 fases	
Turno	Noite	
Alunos Enturmadados	130	
Turmas	05 (divididas em 3 comunidades)	Caranã (39 alunos)
		Vila dos Neves (39 alunos)
		Cajueiro e Cajueirinho (Parada Bom Jesus) (52 alunos)
Disciplinas e suas respectivas áreas do Conhecimento (CH 520)	Linguagens Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa
		Redação
		Literatura
		Artes
		Corporeidade
		Língua Inglesa
	Matemática	Matemática
		Informática
	Ciência Humanas e suas Tecnologias	História
		Geografia
		Sociologia
		Filosofia
	Ciência Naturais e suas Tecnologias	Química
		Física
		Biologia
Sistema de Criações/ Ciências Agrárias	Agronomia	
	Projeto Pessoal do Jovem PPJ- CH 100	

Fonte: Coordenadora do Programa, 2022.

Para destacar as assertivas desta tabela 03, apresentamos a sua organicidade sistêmica do currículo, conforme os enunciados da coordenação local e seu coletivo de educadores e alunos. A primeira refere-se ao projeto intitulado “EJA Campo –Ensino Médio”¹², aonde este possui três fases:

As aulas iniciaram no dia 18.01.2021, e isso aconteceu no período da pandemia. Em 2021, houve a primeira fase, foi discutido o sistema de plantio: conceito e importância (aí nessa primeira fase, todos os professores trabalharam nesse tema. A primeira fase terminou em novembro. A segunda fase foi sistema de criação. Essa daqui foi o de frango. Foi estudar toda essa parte de frango porque aqui nós temos na comunidade da Parada Bom Jesus, né! O extrativismo, foi o regional, com ênfase local, onde está sendo trabalhado a colheita deles mesmo, de agricultura mesmo, mandioca, maniva e açaí, está acontecendo agora a terceira fase, irá finalizar agora. (COORDENAÇÃO LOCAL, 2022)

Segundo a fala da coordenadora, o projeto está constituído de três fases, “a primeira fase tem a duração de 10 meses, a segunda fase tem a duração de 07 meses e a terceira fase tem 05 meses, totalizando 22 meses para a formação dos jovens e adultos no Ensino Médio profissionalizante.

O interessante destacar que tanto no calendário da SEDUC quanto nos informes do G1¹³, as 03 fases do projeto – estão conectadas ao calendário de atividades agrícolas, amparado na LDB em seu Art. 28, quando dispõe que “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente” [...] como salienta o inciso II destacando que a “organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas”. Assim, “o currículo das três fases terá os seguintes temas norteadores “Sistema de Cultivo e Plantio; Sistema de Criação e Extrativismo.

Todos os temas dialogam por áreas de conhecimentos previstas na BNCC onde deve-se ter uma carga horária de 520 horas. Diante disso, no contexto pandêmico a primeira fase oriunda do ciclo de plantio foi desenvolvida na comunidade e o funcionamento das aulas não foram nas escolas e sim em outros espaços como veremos adiante.

¹² Cabe destacar que existe um regime de convênio entre a rede estadual e municipal para a organização deste projeto conforme consta na arguição da coordenadora local: “Há uma parceria entre o Estado e o município de Tracuateua. O município, por ser municipalizado, ele arca com transporte e com a alimentação escolar a estes alunos da EJA. Já o Estado repassa a verba para ele, pro município, pois, as turmas são da rede Estadual, são todos alunos do estado (Coordenação Local, 2022).

¹³ Para maiores informações acessar o site: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/jovens-agricultores-terao-ensino-medio-em-areas-rurais-de-faro-no-para.ghtml>

No projeto Ensino Médio EJA Campo, em Tracuateua do Estado do Pará, as fases e seus temas norteadores estão voltados para a realidade local, que vai desde o plantio da mandioca, da maniva, do açaí, das práticas de produção local sobre o manuseio do extrativismo e a manipulação e comercialização do Frango, ou seja, as fases são desenvolvidas por meio de projetos orientadores da área de ciências agrárias/naturais, e estão conectadas as diferentes comunidades, alinhando-se desta forma ao Art. 6º, do Decreto nº 7.352, destacando que “Os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à educação do campo deverão atender às especificidades e apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas.” Destaca-se ainda, que cada projeto “tem a sua culminância ao final de cada fase desenvolvida” (coordenação local, 2022).

Destarte, conforme a professora de Ciências Agrárias (2022), o coletivo de professores das áreas associou as fases de acordo com a realidade das comunidades locais, e eles efetivaram a adequação do calendário escolar para atender essa particularidade de seus alunos, pois, conforme a fala da coordenadora local “a orientação dos técnicos da SEDUC, eram que nas 05 turmas eles deveriam trabalhar tal qual os eixos norteadores estipulados para as comunidades”. No entanto, os professores utilizaram de sua “autonomia pedagógica e administrativa” como prevê o Art. 15 da LDB e, desta forma a organização docente, deste projeto, tem efetivado a adequação necessária para a sua execução, nas três fases, incluindo o período em tela, durante o contexto pandêmico, com a primeira fase deste projeto.

A respeito das turmas, identificou-se no site da SEDUC¹⁴, que a composição delas está vinculada à escola polo Marilda Figueiredo Nunes. As 05 turmas deveriam funcionar na Vila do Neves, conforme consta neste sistema SEDUC¹⁵, por ser uma comunidade rural. Entretanto, o coletivo de professores e a coordenação local organizaram o processo de enturmação da seguinte maneira: 39 alunos na comunidade do Caranã (composta por 1 turma); 50 alunos do Cajueiro e Cajueirinho que estudam na escola da comunidade da

¹⁴ Conforme o site:

https://www.seduc.pa.gov.br/porta1/escola/consulta_matricula/RelatorioMatriculas.php

¹⁵ Consultar o site da SEDUC:

https://www.seduc.pa.gov.br/porta1/escola/consulta_matricula/RelatorioMatriculasDetalhado.php?nome_ure=01A%20URE%20-%20BRAGANCA&codigo_municipio=45420&codigo_escola=1433

Parada Bom Jesus (composta por 2 turmas) e 39 alunos matriculados na comunidade de Vila dos Neves (composta por 1 turma). Ou seja, a escola polo fica em Vila Fátima, mas as 05 turmas são vinculadas a essas outras escolas. Todas elas foram oriundas de demandas das comunidades de agricultores rurais e de certa forma estão situadas a “A adequação à natureza do trabalho na zona rural”, conforme o inciso III da LDB, 9394/96.

A funcionalidade das turmas ocorre no turno da noite com 130 alunos matriculados, nas diferentes comunidades e elas estão distribuídas pela proposta curricular de disciplinas e suas respectivas áreas do conhecimento, conforme a fala da coordenação local e reafirma-se na seguinte assertiva abaixo do professor 3:

Nós trabalhamos com algumas áreas de conhecimento tipo, assim, em Linguagens Códigos e suas Tecnologias um professor trabalha com Língua Portuguesa, Redação, Literatura, Artes, Corporeidade e Língua Inglesa. Na área de Matemática, o mesmo professor trabalha com a disciplina Matemática e Informática. Já na área de Ciência Naturais e suas Tecnologias, um professor trabalha com Química, Física e Biologia. Já no sistema de Sistema de Criações/ Ciências Agrárias, nós temos uma agrônoma (PROFESSOR 3).

“Desde o início do projeto os professores sempre estão juntos desenvolvendo suas atividades sem sala de aula, principalmente a professora agrônoma que fica com eles nos projetos (ALUNA 1).

No enunciado do professor 3, identifica-se que todo o trabalho desenvolvido pelos professores é mediado pelas perspectivas das áreas do conhecimento, onde um único docente trabalha em sua área com diferentes disciplinas. Todavia há um exercício do trabalho interdisciplinar entre os professores com a agrônoma.

Com relação a área de ciências agrárias desenvolvida pela agrônoma, ela tem como atribuição: desenvolver projetos mobilizadores para o tempo comunidade com os professores, no entanto, na fala da aluna 1 percebeu-se que ela dialoga com os docentes e se envolve nas atividades para o desenvolvimento do projeto no tempo escola, tentando associar as vivências do tempo comunidade com o tempo escola. Sobre essa perspectiva Arroyo (2017) destaca a importância de considerar, as experiências, vivências do trabalho – justamente o fator que mais afasta esses sujeitos da escola – como uma oportunidade de incorporar esses conhecimentos a escola, mas para isso é preciso um olhar atento, como destaca o autor:

Optamos por ver, reconhecer os jovens-adultos como passageiros do trabalho para a EJA. Lembrávamos de que vê-los como trabalhadores exige não vê-los apenas como estudantes, nem sequer como estudantes que trabalham. O trabalho não é um acidente em sua condição humana, social, de gênero, raça. Perguntamo-nos como incorporar essas experiências tão radicais de trabalhadores nos conhecimentos das escolas e da EJA, no direito a saber-se. Mas vamos além, reconhecendo-os com direito à formação humana. Como e com que artes pedagógicas trabalhar vivências, valores, culturas, saberes, identidades de trabalho? Como trabalhar as possibilidades e limites da sua

formação humana? Como trazer o trabalho e a condição de trabalhadores para a agenda pedagógica não apenas como temas de estudo, mas como processo de formação? Haverá espaços para aprofundar essas questões nos currículos de formação inicial e continuada de profissionais docentes, que também são educadores/as? (ARROYO, 2017, p. 3)

As indagações do autor são pertinentes, pois corrobora com as reflexões acerca de um currículo contextualizado que atenda as especificidades da EJA, mas para além disso, que atenda às necessidades de um currículo na perspectiva do desenvolvimento e da formação humana.

Outra proposta sistêmica de organização curricular que estrutura a modalidade diz respeito ao Projeto Pessoal do Jovem PPJ- CH 100. O Projeto Pessoal do Jovem (PPJ) é a culminância da modalidade ensino médio EJA campo. Sobre as orientações dos professores, os alunos elaboram um projeto, em duplas, para ser apresentado ao final da modalidade, exigido, como forma de avaliação final para a conclusão do curso, como destaca a coordenadora do projeto:

“É tipo assim, tudo parece ser fácil, mas o que acontece é que no final da modalidade eles vão fazer tipo uma defesa de TCC, eles vão apresentar. Aí eles preparam o projeto com a orientação do professor, [...] tem que ter metodologia, tem que ter embasamento teórico. Aí só se forma quem defender o PPJ.” (COORDENADORA LOCAL, 2022).

Sobre o PPJ, dois aspectos foram observados na pesquisa. O Projeto Pessoal do Jovem, como forma de avaliação final, busca incentivar a elaboração de um projeto que, esteja diretamente relacionado, com a produção local dos alunos, atrelando-se, desta forma, a dimensão do trabalho como determina o Art. 37 § 3º, da LDB, prevendo que “a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional”. Entretanto, o PPJ evidenciou a sua fragilidade como um instrumento de avaliação. Muitos alunos, tiveram dificuldades em construir seus projetos, mesmo sob a orientação dos professores. Isso acabou refletindo no número de exclusão/evasão, na primeira turma, destacado pela coordenadora, “Foram 78 alunos classificados como evadidos, por não defenderem o PPJ, mesmo tendo cursado totalmente a modalidade”. A corroborada na fala:

“na primeira teve, os alunos não quiseram defender, então ficaram sem [...] a metade, entraram com evadido porque não defenderam, eles têm que fazer, mas não fizeram, ficaram com medo.” (COORDENADORA LOCAL, 2022)

Com isso, faz-se necessário uma reflexão acerca da importância do PPJ, como um instrumento de avaliação final, pois, o seu critério de conclusão do curso dos alunos é a defesa de um projeto na forma de um seminário, para receber o certificado, ou seja, o aluno pode cursar, aprender e atuar sobre sua prática produtiva durante os dois anos na

modalidade da EJA Campo Ensino Médio, no entanto, se ele não fizer o projeto, o mesmo, não receberá o certificado. Sobre esse aspecto, a LDB destaca em seu Art. 24, inciso V, onde fala da verificação do rendimento escolar, na alínea “a”, ressalta a “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Portanto, propõe-se uma revisão para esta fase do curso, tendo em vista que ela acaba se tornando uma prática de exclusão - dentro de uma modalidade que foi pensada, justamente, para incluir os sujeitos - quando não viabiliza a conclusão do curso em função de uma avaliação apenas quantitativa com critérios de projetos e seminários.

Outra perspectiva que deve ser analisada, no PPJ, diz respeito a carga horária do projeto. De acordo com as orientações da SEDUC, ele deve conter uma carga horária de cem horas totais, distribuídas em vinte horas mensais, durante os últimos cinco meses do curso, sendo ministradas no contraturno das aulas. Entretanto, a indisponibilidade no tempo torna essa prática impossível, forçando os professores a distribuir, essa carga horária das aulas, no tempo escola, como observado na fala abaixo:

“Eles querem que os professores tirem tempo só para ficar no PPJ, eles querem que tenha aula no período a parte, e não da carga horária do PPJ. Que o PPJ fique como um extra mesmo. A gente coloca tudo em sala de aula, se não da [...] é isso que eles não querem, que entre na carga horária de aula.”
(COORENADORA DA EJA CAMPO, 2022)

Desta forma fica evidente que é preciso uma haja reformulação, por parte da SEDUC, quanto a aplicabilidade da carga horária do PPJ, uma vez que ele se torna um instrumento obrigatório para a certificação dos alunos. Uma reformulação que possibilite ao professor organizar as orientações aos alunos, compreendendo a realidade e as particularidades de cada comunidade. É preciso que haja um diálogo maior entre coordenação local e os professores da EJA Campo, tendo como cerne a organização do tempo comunidade e tempo escolar, que viabiliza a criação de estratégia, possibilitando essas orientações, sem prejuízo de aprendizagem para os alunos.

3.1.2 - O currículo do projeto EJA Campo Ensino Médio em Tempos de Pandemia da Covid-2019, em Tracuateua, Estado do Pará.

Ao analisar os elementos estruturantes de implantação e a organização curricular deste projeto EJA Campo Ensino Médio no Estado do Pará, ofertado pela SEDUC e no município de Tracuateua, iremos tecer o currículo em tempos de pandemia nesta modalidade em diferentes dimensões.

Sobre a organização das aulas e das disciplinas ministradas funcionavam da seguinte maneira de forma presencial:

“Funciona assim, as aulas acontecem três vezes na semana, de segunda a quarta são aulas com os professores nas escolas. Na quinta nós fazemos visita nas comunidades deles, com a professora de ciências agrárias e nos professores das disciplinas no período da tarde. Ela tem a função de nos auxiliar com o projeto organizando os projetos, tudo bem, mas ela não abre mão da sala de aula, aí o que a gente faz? As noites que a gente tá, senão, não dá tempo, é de sete às dez, aí se a gente não fizer assim não dá tempo da gente vê nada na segunda, terça e quarta que é no tempo escola e quinta é o tempo comunidade. (Professora 4 da disciplina Ciências Agrárias).

Observa-se que a organização curricular do horário de aulas era estabelecida de forma presencial da seguinte maneira: três vezes na semana o tempo escola, de segunda a quarta –feira; uma vez por semana o tempo comunidade nas quintas-feiras e na sexta-feira a organização dos projetos e orientação do PPJ com os alunos. Toda esta organização sistemática é medida pela política curricular da Pedagogia da Alternância, materializada pelo tempo escola e tempo comunidade.

A Pedagogia da Alternância surge da “ideia de uma escola realmente para o meio rural e do meio rural; uma escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico” (Nosella, p. 45, 2012). A escola nasce da necessidade de uma formação para dos jovens do meio rural e, ao mesmo tempo, de uma preocupação que eles pudessem desenvolver suas atividades agrícolas sem prejuízos. Surge, assim, escola em alternância, com os jovens tendo aulas alguns dias por mês, em tempo integral, na escola, para logo em seguida voltarem à sua propriedade agrícola. (Nosella, p. 47, 2012).

Neste sentido, de acordo com a coordenadora, a organização da EJA Campo está fundamentada na pedagogia da Alternância, com aulas no tempo escola e aulas no tempo comunidade. Entretanto, durante o período pandêmico, as instruções estabelecidas pela SEDUC, como base a Resolução CNE/Nº 2, de 10 de dezembro de 2020, em seu Art. 6º, previam que, o cumprimento da carga horária mínima anual, poderia ocorrer por meio de uma ou mais alternativas, de acordo com o planejamento de cada instituição.

Com base nisso, a secretaria determinou que as atividades pedagógicas não presenciais seriam mediadas por tecnologias digitais de informação e de comunicação, a fim de assegurar a reposição de aulas e a realização de atividades escolares, garantindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos. Tomando como base essas informações, os professores iniciaram as atividades pedagógicas não presenciais por meio mídias sociais (WhatsApp e e-mail), vídeo aulas. Conforme a fala dos professores:

“No início a gente tentou fazer com a recomendação que tava que era só através do remoto, ou seja, através de aplicativos [...] eles ganharam o chip do Estado, então a orientação era só aula remota, então a gente fez... é... Eu gravei vídeo, um professor explicava, a gente trabalha muito com a questão da interdisciplinaridade” (PROFESSOR 4, 2022)

Isso acabou se tornando umas das principais dificuldades para se manter as aulas remotas, pois, “a maioria (dos alunos) não tem celular e não pega sinal direito [...] dentro da comunidade.” (PROFESSOR 2, 2022). Conforme os relatos da coordenadora, houve uma mobilização por parte do Governo, na tentativa de garantir que os alunos tivessem acesso à internet. O Estado, adotou a estratégia da distribuição chips para todos os alunos, entretanto essa ação só contemplou a primeira turma, sem assegurar, a segunda turma, o direito à “inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo.” (BRASIL, 2010), como pode ser observado em sua fala:

“A falta de recurso tecnológico, essa parte aí que a dificuldade era mais, se tivesse todo mundo bem - que mesmo no regular ninguém tava [...] melhoraria muito, não cem por cento. O Helder ele botou pressão no primeiro ano, ele deu até chip pros alunos, na segunda (turma) não teve.” (COORDENADORA LOCAL, 2022)

Muitos deles não dispunham de recursos tecnológicos que viabilizassem o acesso às atividades. Em outros casos, algumas comunidades, não havia, nem mesmo infraestrutura para adotar o ensino remoto, como estabeleceu a SEDUC, como foi destacado pela coordenadora:

“Na Parada eles são todos antenados, lá deu certo, [...] alguns do Neves também. Neves também ainda dá, mas aí tinham uns que tinha aparelho, mas não tinha internet e uns que não tinha (aparelho). Lá no Caraná quase não tem acesso, agora que conseguiram modernizar um pouquinho” (COORDENADORA LOCAL, 2022)

Essa falta de estrutura e recursos tecnológicos, destacada pela coordenadora e pelo professor, acaba por refletir na dificuldade que alguns alunos têm, ao manusear alguns desses recursos, criando obstáculos para o desenvolvimento das atividades, como destacou a professora. Segundo ela, o “WhatsApp é o que eles mais sabem manusear. O professor chegou a abrir o e-mail para eles, mas não deu certo. Eles não conseguiram acessar, eles tinham dificuldade” (Professora 4, 2022).

As aulas remotas evidenciaram uma triste realidade, que faz parte da rotina das escolas do campo, no Brasil: a exclusão digital, ou seja, a ausência estrutura e infraestruturas tecnológicas, no campo e, principalmente, como um recurso didático/pedagógico, nesses espaços. A fala do professor corrobora essa ideia:

“falta de material, falta de recursos, como por exemplo, o aluno do campo ele não tem internet como na sua casa, igual um aluno da cidade, né? Aí ficava mais difícil de marcar uma aula online, de dá uma orientação online pra eles como é o aluno da cidade, né?” (PROFESSOR 1, 2022)

Essas ações acabaram por promover uma evasão nas turmas, forçando os professores a busca ativa dos alunos. Assim sendo, foi preciso refazer o planejamento. Todo esse cenário obrigou os professores a desenvolverem novas estratégias de ensino e aprendizagem, durante esse período pandêmico, para que os alunos não tivessem prejuízos. Então, em um primeiro momento, os professores e professoras organizaram visitas nas comunidades para a distribuição de um material impresso, onde continha atividades de todas as disciplinas.

Os cadernos de atividade impressas eram entregues, pessoalmente, para os alunos em cada comunidade, conforme a fala da professora:

“nós percebemos que não estava tendo esse feedback. Eles não conseguiam acompanhar o vídeo, mesmo que nós explicássemos uma matéria através do WhatsApp, eles não estavam entendendo. Então, nós resolvemos, por conta própria mesmo [...] vamos ter que voltar para o campo com todo cuidado que a gente tem. Aí começamos a trabalhar com o material didático impresso, a gente trabalhava tipo um simuladão [...] Primeiro foi assim, escolhi um representante de turma e ele distribuía dentro da comunidade e depois a gente buscava para corrigir.” (PROFESSOR 4, 2022).

A fala do outro professor e da coordenadora reforça o esforço que eles tiveram durante esse período para manter um ensino:

“[...] se nós ficássemos em casa, só em casa, esperando, como a SEDUC queria, no caso, seria tudo online, seria muito difícil, porque a maioria não tem celular e não pega sinal direito aqui, principalmente aqui pra dentro. Não pega sinal dentro da comunidade, então a gente teve que vim pra entregar material.” (PROFESSOR 2, 2022)

“Aí nesse dois mil e vinte um, nós começamos, mas só que eles não têm acesso à internet, aí nós não tínhamos jeito, a gente tinha que ir. Não parou, de jeito nenhum, a gente chegava, e encontrava eles doente, só se falava de longe, deixava os trabalhos, os professores faziam os postilados deles, deixavam tudinho lá, tudo bonitinho. Deixavam e depois eles marcavam outro dia pra a gente ir recolher” (COORDENADORA LOCAL, 2022)

A organização curricular mudou, as práticas mudaram, contudo, os professores observaram que os alunos não conseguiram se adaptar a essa nova forma de ensino, não presencial.

“Ainda assim percebemos que ainda estava tendo dificuldade, foi quando a gente resolveu e disse: ‘não, vamos reunir aqui de baixo de uma árvore, de baixo de uma comunidade e vamos dar aula’, e aí a gente começou a dar aula com todo aquele cuidado.” (PROFESSOR 4, 2022)

Justificando a preocupação dos professores, mediante ao comprometimento que eles assumam durante esse período, a fala da aluna evidencia a dificuldade que os eles tiveram para se adaptarem ao ensino remoto:

“a maior dificuldade é que a gente não consegue...tem assunto que a gente não conseguia entender, por quê? Porque não tinha aula presencial era apostila, então... não tinha a explicação do professor,” (ALUNA 1, 2022)

Como forma de assegurar o controle social da qualidade da educação escolar, previsto no Art. 2º, do Decreto 7.352, os professores, mediante a efetiva participação da comunidade, reorganizaram as atividades, com estratégias presenciais. Assim, respeitando os protocolos produzidos pelas autoridades sanitárias locais, nesse segundo momento, as aulas passaram a acontecer nas comunidades, nos períodos da manhã e tarde, com as turmas divididas para que não houvesse aglomerações e ainda com a utilização de álcool em gel e o uso da máscara sempre, conforme as falas abaixo:

[...] o que eles queriam seria online, mas não dava pra online então a gente fez o nosso plano junto com a comunidade mesmo, junto com os alunos, qual seria os melhores dias pra eles, onde seria melhor, onde a gente poderia se encontrar, foi dessa forma, entendeu? [...] muitos trabalham pela manhã, uma parte... a gente dividia, por exemplo, a comunidade em duas partes, dois horários, esse lado daqui da comunidade onde eles podem se reunir um horário a gente ficava aqui, aí pela parte da tarde a gente já ia pro outro lado [...] aí quando era algo que precisava de tudo mundo aí eles tinham que se deslocar, por exemplo, lá pro centro comunitário aí vinha todo mundo, sempre, com máscara, álcool em gel tudo com o distanciamento... por isso que a gente sempre optava por lugares aberto, eles ficavam sem parados, com máscara, tudo bem protegido, eles vinham todos, mas não entravam todos, ficavam intercalando” (PROFESSOR 2, 2022)

[...] tem um pessoal que eles moram nessa redondeza, aí a gente reunia com esse pessoal, fazia uma hora e meia de aula com eles e depois a gente ia pra uma outra comunidade que é mais distante, ali no Cajueiro.” (PROFESSOR 1, 2022)

Vale ressaltar que o artigo 5º da LDB prevê que o acesso à educação básica obrigatória é um direito público subjetivo e que, além de outros aspectos, é dever do poder público “zelar, [...], pela frequência à escola”. (Brasil, 1996). Pôde-se observar o cumprimento da norma, uma vez que, mesmo que as aulas não estivessem acontecendo no espaço habitual – a escola - houve, por parte dos professores, uma preocupação com os alunos, para que eles continuassem a participação nas aulas, por meio das ações desenvolvidas.

A partir dos diversos espaços, definidos pelos professores e alunos, foi possível a funcionalidade e a manutenção das aulas e, ainda, assegurar nas medidas de distanciamento:

“[...] na comunidade, a gente reunia, as vezes num espaço mais, no centro comunitário, mais amplo o possível, as vezes de baixo da árvore, não podia aglomerar muito, com poucos alunos por equipe.” (PROFESSOR 1, 2022)

“Nesse período que a nossa escola tava fechada, a nossa estratégia foi usar centro comunitário e até mesmo locais aberto, de baixo de árvores a gente utilizou muito é... frente de igreja, é... a gente colocava eles separados e dava aula [...]” (PROFESSOR 2, 2022)

“De baixo das árvores, a céu aberto principalmente, não no chão da escola, porque as escolas, as vezes tavam fechadas, mas digamos no chão mesmo da comunidade, de baixo de árvore, dentro dos centros comunitários. Graças a Deus nos fomos sempre bem recebidos nas comunidades, ninguém teve problema (PROFESSOR 3, 2022)

Essa reorganização do espaço também pode ser observada na fala das alunas:

“no tempo comunidade era só de manhã na barraca da Santa. Aí fazia lá na barraca da Santa também porque como aqui tava fechado não dava pra gente vir. Tempo comunidade e o tempo escola também, eles saiam de casa em casa também, visitando os alunos, as comunidades pra saber suas dificuldades.” (ALUNA 1, 2022)

“Era tudo junto assim, todo mundo de máscara no barracão da igreja católica, que a gente chama aqui, né? Aí com distanciamento, com máscara, álcool em gel” (ALUNA 2, 2022)

Todos esses relatos de professores e alunos, no contexto pandêmico, destacam uma mudança, inicialmente proposta pelo projeto. Essa mudança diz respeito a principal característica da pedagogia da Alternância, que fundamenta a modalidade EJA Campo, que é o tempo escola o tempo comunidade. A Pedagogia da Alternância ganha uma nova organização curricular, nesse contexto, não existe mais diferença nos tempos, eles acontecem juntos.

O reflexo dessa mobilização dos professores está na grande quantidade de alunos que continuaram, mesmo com todas as dificuldades mencionadas anteriormente, cursando a modalidade. Apesar da segunda turma ainda não ter chegado na conclusão do PPJ, que foi o principal motivo pela alta taxa de evasão da primeira turma, os indicadores para essa segunda turma são melhores, segundo os professores:

“Na turma passada a gente tinha aluno que só queria mesmo concluir o ensino médio e receber o seu certificado. Mas nessa aqui a gente vê mesmo que eles querem realmente continuar, entendeu? (PROFESSOR 1, 2022)”

Sobre essa perspectiva Caldart destaca:

“Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele. Por outro lado, também não há como implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo. E a escola pode ser um agente muito importante de formação da consciência das pessoas para a própria necessidade de sua mobilização e organização para lutar por um projeto deste tipo. (CALDART, 2003. p. 64)

Ou seja, o reflexo da educação, na vida dos sujeitos do campo, possibilita uma conscientização de possibilidades de transformação desse espaço, que é o campo.

Sobre o engajamento e o comprometimento dos professores, Caldart salienta que:

“Quando os educadores se assumem como trabalhadores do humano, formadores de sujeitos, muito mais do que apenas professores de conteúdos de alguma disciplina, compreendem a importância de discutir sobre suas opções pedagógicas e sobre que ser humano estão ajudando a produzir e a cultivar. Da mesma forma que as famílias passam a compreender por que não podem deixar de participar da escola, e de tomar decisões sobre seu funcionamento.” (CALDART, 2003. p. 64)

Os professores precisam assumir a importância do seu papel social, enquanto um de formador de sujeitos. Paulo Freire (1996) nos fala que ensinar é um ato exige comprometimento pois,

“Precisamos aprender a compreender a significação de um silêncio, ou de um sorriso ou de uma retirada da sala. O tom menos cortês com que foi feita uma pergunta. Afinal, o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente ‘lido’, interpretado, ‘escrito’ e ‘rescrito’. (FREIRE, 1996, p. 97)

Foi, justamente, essa compreensão, de entender o que estava acontecendo naquele momento, que fizeram com que os professores percebessem as dificuldades que os alunos estavam tendo diante deste novo contexto. Com isso, refizeram as suas práticas, demonstrando o compromisso com educação, em especial a EJA campo. Todo esse comprometimento por parte da coordenação e professores, foi reconhecido pelos alunos, conforme relatos:

“pra mim, no começo, foi muito difícil não ter uma aula presencial, mas graças a Deus a gente tinha uns professores maravilhosos que auxiliava a gente pelo WhatsApp e também quando eles vinham pra campo entregar os trabalhos, quando a gente não conseguia, a gente pedia orientação deles e eles ajudavam” (ALUNO 1, 2022)

“mas eles facilitaram muito pra gente estudar nessa pandemia, eles iam na nossa porta, foram prestativos, deram máscara, álcool em gel, tudo pra gente poder estudar aí” (ALUNO 3, 2022)

Essa ação dos professores coaduna com a perspectiva da educação em direitos humanos destacado por Vera Capucho como forma de garantir a dignidade humana por meio da educação.

“Mais do que compromissada com resultados imediatistas, a EDH se alinha a conhecimento, memórias valores, e atitudes, comportamentos, práticas cotidianas que necessitam ser articuladas de maneira confluyente, com vistas a ampliar o poder dos indivíduos, grupos e comunidades. Portanto, se mostra compromissada com a escola pública de qualidade social, fazendo-se necessária e urgente”

Isso significa que a educação deve contribuir para uma formação integral do sujeito e sempre com a primazia da qualidade, porém, ela precisa inevitavelmente corresponder às características de cada espaço e tempo, em que que ela acontece.

Portanto, como pode-se observar que, durante o período da pandemia da COVID-19, inúmeras foram as práticas que os professores buscaram para garantir o direito à educação, aos sujeitos do campo. A reorganização do calendário escolar e dos espaços foi fundamental para que os professores dessem andamento nas aulas, atendendo as necessidades das comunidades, diminuindo os impactos dos danos causados nesse período e redefinindo, com isso, a concepção da Pedagogia da Alternância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Currículo na Educação de Jovens e Adultos do Campo, das Águas e das Florestas em Tempos de Pandemia da COVID-19, no município de Tracuateua, no Estado do Pará, nos conduz para inúmeras reflexões sobre práticas curriculares que estão para além da sala de aula.

Desse modo, elas dialogam sobre a concepção curricular da EJA campo Ensino Médio, nas seguintes vertentes: dos eixos norteadores que compõe os tempos curriculares; a adequação do calendário escolar; a composição de turmas; o currículo por áreas de Conhecimentos e o Projeto Pessoal do Jovem (PPJ); as atividades curriculares prescritas do MEC para o ensino remoto e a perpetuação das práticas curriculares presenciais dos professores, a redefinição da Pedagogia da Alternância em dois tempos e em um único tempo de formação; os espaços escolares de ensino e aprendizagem e os valores humanos, diálogos e as relações interpessoais entre professores e alunos, perpassam a concepção do currículo neste projeto em tempos de pandemia da Covid- 2019.

Com relação às três fases norteadoras da Educação de Jovens e Adultos dos campos das águas e das florestas, estão constituídas pelo tempo escola e tempo comunidade, oriunda da Pedagogia da Alternância. Essa organização é definida por tempos curriculares alternados que são a base para a formação, ensino e aprendizagem desses jovens agricultores no Ensino Médio. No contexto pandêmico, ainda que se tenha comprometido a parte prática pelo tempo comunidade, esses dois tempos curriculares se tornam em um só, ganhando novos arranjos curriculares quando os professores efetuaram: os tempos de idas e vindas nas comunidades, com as famílias, com as visitas nas residências dos jovens agricultores.

Outro ponto interessante é o fato de os professores terem como prescrição curricular três eixos norteadores: Sistema de Cultivo e Plantio; Sistema de Criação e Extrativismo, onde estes conduzem as suas organizações de trabalho docente nas escolas da comunidade. Todavia, aqui existem, especificidades que dialogam com esses três eixos a tende a realidade local dessa comunidade: quando é desenvolvido o trabalho com a agricultura no tratamento com a mandioca para a produção da farinha, o extrativismo com a produção do açaí e a produção e a comercialização do frango. São práticas culturais e existentes na comunidade dispostas com a adequação do calendário para as escolas do campo da comunidade na Parada Bom Jesus.

Reconhecemos que o sistema da SEDUC, apresenta a comunidade Vila dos Neves como sendo uma comunidade produtiva e agrícola, onde ocorreu a composição das 05 turmas, e onde ela está associada a escola Polo Marilda Figueiredo Nunes. Todavia, o coletivo de educadores ao efetuarem às suas demandas locais, demonstram a sua autonomia, organização e reafirmação pela educação pública de EJA campo constituída por quem está na base da escola e está conectado as suas demandas de realidades sociais do campo, efetivando juntamente com a coordenação local a reorganização de novos processos de enturmação composta por um turma com 39 alunos na comunidade do Caranã; 02 turmas com 50 alunos da comunidade do Cajueiro e Cajueirinho que estudam na escola da comunidade da Parada Bom Jesus e 01 turma na comunidade da Vila dos Neves composta por 39 alunos matriculados. Isso nos faz reafirmar que a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), precisa efetuar reuniões para dialogar com a coordenação local e seus respectivos educadores no sentido de efetuar o diagnóstico de levantamento de demandas de turmas e atualizar em seu sistema, da SEDUC, as comunidades que necessitam de turmas EJA Campo Ensino Médio, para (re)pensar a organização de enturmação em cada comunidade, haja vista, que estamos (re)tratando de uma modalidade da educação básica da EJA campo ensino médio, que necessita desse olhar específico enquanto modalidade da educação básica. Outro aspecto que precisa ser destacado refere-se à ampliação da oferta do Ensino Médio EJA Campo, no Estado.

Cabe ressaltar que a existência das Linguagens Códigos e suas Tecnologias; área de Matemática, área de Ciências Naturais e suas Tecnologias, Área de Ciências Agrárias, estão constituídas por áreas de conhecimento prescritas e organizadas conforme a BNCC, mais, em nenhuma dos professores existem a relação de seus trabalhos com esses documentos prescrito, pois toda a organização parte das demandas advindas e locais do campo. Além disso, não podemos negar que existe a precarização do trabalho docente

quando apenas um único professor é lotado e fica responsável de ministrar todas as disciplinas naquela área do conhecimento, o que de certa forma, fragiliza a formação integral para o aluno do campo, pois nem todos os professores têm o domínio de diferentes disciplinas da mesma área.

Sobre o Projeto Pessoal do Jovem (PPJ), destaca-se a importância de uma proposta curricular com base na elaboração de projetos temáticos, atrelados a uma pesquisa social em cada comunidade que tem por finalidade as produções locais desses agricultores jovens e adultos, isso de certa forma, contribui para os princípios da pesquisa, do ensino e aprendizagem deste aluno e da investigação temática quando se propõe a fazer o desenvolvimento sustentável nessas comunidades e construir uma identidade de aceitação com agricultores e empreendedores locais.

Outro ponto a ser destacado no PPJ, e a necessidade das reorientações da tessitura do currículo mediado por projetos, seria na forma de apresentação, pois apesar dele não ter sido realizado ainda nesta segunda turma, porque ainda não terminou, eles já têm um indicativo que isso traz um impacto na evasão escolar do aluno, uma vez que o aluno tem medo e esse sente envergonhado para defender o projeto, além disso, o aluno pode ter cursado o projeto completo, mais se ele não defender o PPJ ele não recebe o diploma, de certa forma, o processo final, exclui o aluno de alcançar o término de seu curso.

É nítido que com a resolução nº 2 de 10 de dezembro de 2020, ocorreu inúmeras estratégias de atividades educativas não presenciais, currículo via remoto, com o uso de WhatsApp, vídeo aulas, entrega de chip para acompanhamento nos celulares, nas comunidades do campo sem sucesso a esses recursos tecnológicos, tais ações não tiveram êxito e isso acabou impactando nos processos de exclusão social dos alunos nessas turmas.

Assim, foi preciso redefinir as ações dos professores, pois com a ausência desses alunos houve a necessidade de efetuar um (re)planejamento curricular nas ações dos professores de forma presencial, são elas: a igreja, os centros comunitários, barracões e os quintais de baixo de árvores, se tornam espaços de aprendizagens (espaços escolares)- uma extensão das salas de aula das escolas; apesar de o caderno impresso, ser um dos recursos tecnológicos orientados pela resolução nº 2, os docentes deixavam o caderno nas residências dos alunos, depois de 07 dias eles passavam nas residências dos alunos para retirada de dúvidas e durante mais 07 dias recolhiam os cadernos para correção e elaboração de nova atividades; a concepção curricular mediada pela pedagogia da Alternância ganhou uma nova organização curricular, nesse contexto, não existe mais

diferença nos tempos, eles acontecem juntos com a participação desses sujeitos professores e coordenação nas comunidades.

De certa forma essa atitude dos professores fez com que os alunos permanecessem nas turmas, pois é unânime nas falas deles o reconhecimento e esforço dos profissionais da educação que formam fundamentais para a construção dos valores humanos e relações interpessoais com os alunos da EJA Campo Ensino Médio.

Neste sentido a concepção curricular para a EJA campo em tempos de pandemia, neste estudo, não é estática e existente em uma única concepção curricular, pois isso depende da ótica dimensional do currículo existente neste projeto e de novos arranjos curriculares tecidos na organização no período pandêmico. A exemplo: as salas de aulas de ensino e aprendizagem tinha como referência as escolas, mais no período pandêmico elas foram fechadas e com este projeto elas se configuram em outros espaços tentando garantir a permanência destes alunos da EJA; os recursos tecnológicos excluíram os alunos e a mediação do caderno e dos diálogos estabelecidos foram fundamentais para a continuação deste processo formativo; O Currículo oriundo da Pedagogia da Alternância, além de se tornar um só, o tempo comunidade e tempo escola, possui sua organização por área de acordo com a organização da BNCC do Ensino Médio, mais os professores acabam por trabalhar com projetos temáticos atrelados a realidade local do jovem agricultor do campo quando se reafirmar as três fases do projeto como eixos norteadores das ações dos professores.

Conclui-se que enquanto a prescrição nacional era o de isolamento social e a não aglomeração dos sujeitos, neste projeto EJA campo, as ações curriculares foram na contramão, pois o acesso aos bens prescritos para população do campo também foi inviável e com isso as práticas curriculares dos professores com o uso do álcool em gel e o distanciamento entre os sujeitos, possibilitou a funcionalidade e continuação desta modalidade, na comunidade da Parada Bom Jesus em Tracuateua, no Estado do Pará, Brasil.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Balço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?**

ARROYO, Miguel G. *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a vida justa/ Miguel G. Arroyo.* – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel G. **Balço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares?** REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**; tradução: Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70. 2016

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9394/1996.**

BRASIL. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.** Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>> .

BRASIL, Ministério da Educação – MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Disponível:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192 .

BRASIL, Ministério da Educação – MEC. **Resolução CNE/CP Nº 2, De 5 de agosto de 2021.** Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=199151-rcp002-21&category_slug=agosto-2021-pdf&Itemid=30192< .

BRASIL, Ministério da Educação – **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira** – Inep. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FIntegra%C3%A7%C3%A3o%20-%20Consulta%20Matr%C3%ADcula%2F_portal%2FConsulta%20Matr%C3%ADcula&Page=Consolidado%20P%C3%BAblico>.

BRASIL, Planalto Central. **Lei nº 5.699 de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692imprensa.htm>

CALDART, Roseli Salete. **EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009

CALDART, Roseli Salete. **A ESCOLA DO CAMPO EM MOVIMENTO.** *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. **O campo da educação do campo.**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 N° 14. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo, cultura e sociedade; tradução de Maria Aparecida Baptista – 11. ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

Nosella, Paolo. Educação no campo: origens da pedagogia da alternância no Brasil/Vitória: EDUFES, 2012. 288 p.: il. – (Educação do campo. Diálogos interculturais)

PAIVA, V.P. História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

Portal G1: Jovens agricultores terão ensino médio em áreas rurais de Faro, no Pará. Disponível em < <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/jovens-agricultores-terao-ensino-medio-em-areas-rurais-de-faro-no-para.ghtml> >

SECOM. Agência Pará. Disponível em:<https://agenciapara.com.br/exibe_noticias.asp?id_noticia=3785>

SECOM. Agência Pará. Disponível em:<https://agenciapara.com.br/exibe_noticias.asp?id_noticia=3785>

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação implanta Ensino Médio para Jovens e Adultos no Campo em 11 municípios paraenses. Acesso no link: <https://agenciapara.com.br/noticia/3785/>

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação implanta Ensino Médio para Jovens e Adultos no Campo em 11 municípios paraenses. Acesso no link: <https://redepara.com.br/Noticia/170457/seduc-implanta-ensino-medio-para-jovens-e-adultos-no-campo-em-11-municipios-paraenses>

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Projeto de Pesquisa: **Educação de Jovens e Adultos do Campo, das Águas e das Florestas em Tempos de Pandemia da COVID-19: análise do Currículo no Estado do Pará.**

Coordenador/Orientador: Prof. Dr. Rogério Andrade Maciel

Pesquisador(a): Silvia Estela Trindade Queiroz Lopes

1 Natureza da Pesquisa: Esta pesquisa busca analisar a concepção de currículo presente na educação de jovens e adultos do campo, em tempos de pandemia da covid-19, desenvolvida na Coordenação do Campo, das Águas e das Florestas (CCAF) pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), do Pará. Esta análise será feita a partir das ações educativas de enfrentamento desenvolvidas pelos movimentos sociais, Secretarias Municipais de Educação; Unidades Regionais de Educação (URE) e a própria SEDUC para analisar o currículo desenvolvido por essas instituições e movimentos em tempos de pandemia no Estado do Pará. Para a realização desta pesquisa faz-se necessário o procedimento da coleta de dados. Diante disto, solicitamos a sua autorização/ participação nesta pesquisa.

2 Participantes da Pesquisa: Participarão da pesquisa: Jovens, a partir dos 18 anos, e Adultos regularmente matriculados em uma escola da Comunidade, no Município de Tracuateua-PA. Além da coordenação local da Unidade Regional de Educação de Bragança –URE e professores envolvidos no referido programa escolar.

3 Envolvimento na pesquisa: Ao autorizar a sua participação neste estudo, você está permitindo a utilização de informações concedidas, que serão coletadas, a partir de uma entrevista semiestruturada, pela pesquisadora. As atividades serão registradas, por meio de questionário, gravações de áudios, transcrições e fotografias e documentos sobre a implantação e a organização do trabalho pedagógico do projeto. para a criação de artigos científicos, posteriormente.

Você tem a liberdade de recusar a sua participação neste estudo, e a recusa não causa qualquer prejuízo para si. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com a pesquisadora no telefone **(91) 98993-6115 (Silvia Estela Trindade Queiroz Lopes)** ou com o coordenador do projeto no telefone **(91) 98174-2047 (Prof. Dr. Rogério Andrade Maciel /UFPA).**

4 Sobre as conversas dialogadas (informais): Serão realizadas na escola da Comunidade, como os Jovens e Adultos que frequentam o espaço. A participação será em grupo, a partir de diálogos, para que se sintam mais à vontade para falar, e, também, participação individuais, a partir de um roteiro de entrevista.

5 Riscos e Desconforto: A participação nesta pesquisa não traz complicações, talvez, apenas, um sentimento de timidez e desconforto, para alguns participantes, diante de algumas questões apresentadas. A participação, também,

não traz riscos aos jovens e adultos, pois, os momentos de diálogos e interação ocorrerão na escola entre a pesquisadora e os participantes, somente.

6 Confidencialidade: Visando assegurar o sigilo de sua participação, todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e anônimas. Por este motivo os participantes não serão identificados com o seu nome, em nenhuma parte do trabalho escrito, pois serão resguardadas informações do tipo: nome, endereço, filiação. Somente será informado o **nome fictício** de cada participante. Esclarecemos ainda que estas informações serão veiculadas apenas no meio científico. **Mas, esclareço que serão usadas, no relatório final do projeto e no texto do artigo científico, as imagens dos participantes interagindo no momento das conversas dialogadas.**

7 Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto, compensações pessoais ou financeiras relacionadas à autorização concedida. Entretanto, esperamos que este estudo revele informações importantes a respeito da concepção de currículo presente na educação de jovens e adultos do campo, desenvolvida na coordenação do campo, das águas e das florestas (CCAF). Esperamos também, que a pesquisa contribua com as discussões sobre a EJA no campo, fomentando o debate a respeito de proposições que auxiliem na construção de um currículo, articulado com o processo de escolarização e o mundo do trabalho, considerando os sujeitos do campo e suas práticas.

8 Pagamento: O participante **não terá nenhum tipo de despesa** por participar desta pesquisa. **E nada será pago** por sua participação.

Silvia Estela Trindade Queiroz Lopes
(Pesquisadora)

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, participo da pesquisa e autorizo as informações concedidas, cooperando com a coleta dos dados para posteriores análises.

Assinatura do(a) Participante

Local e Data

Assinatura da Pesquisadora

Local e Data

APÊNDICE 2 – ROTEIROS DE ENTREVISTAS

Roteiro de Entrevista para Coordenação

Nome: _____

Tempo de Atuação no Projeto: _____

Formação: _____

01 – Como se deu a organização do projeto?

02 – Como foi pensado e reorganizado a questão do tempo escola e tempo comunidade nesse período pandêmico?

03– Como era feita a orientação pedagógica para os professores e alunos no contexto pandêmico?

04 – Como se deu a organização das turmas, dos alunos e dos professores para a funcionalidade das aulas?

05 – Que materiais era usados no tempo escola e no tempo comunidade no período pandêmico?

06 – Quais as principais demandas apresentadas o observadas pelos professores no período pandêmico?

07 – Houve evasão/exclusão dos alunos no período pandêmico?

Roteiro de Entrevista para os Professores

Nome: _____

Disciplina: _____

Tempo de Formação e Atuação: _____

01 – Como foi trabalhar na escola rural durante o período pandêmico?

02 – Como foi pensado e reorganizado a questão do tempo escola e tempo comunidade nesse período pandêmico?

03– Houve participação da comunidade escolar na construção do planejamento desenvolvido durante a pandemia? A comunidade pode opinar sobre algo?

04 - De que maneira as aulas eram ministradas?

05 – De que forma aconteciam as orientações pedagógicas para que os alunos pudessem desenvolver as atividades na comunidade neste período?

06 – Como ocorreram as avaliações durante o período?

07 – Na sua opinião os alunos que concluíram a ano letivo de 2021 conseguiram uma aprendizagem e um desenvolvimento satisfatório?

08 – Qual foi, ou qual foram, as maiores dificuldades encontradas para manter o ensino nesse período?

09– De acordo com a sua opinião, teve alguma coisa que você possa destacar como algo positivo para o ensino que aconteceu durante a pandemia?

10 – Que estratégias foram usadas para o funcionamento das aulas no período pandêmico?

11 – Houve evasão/exclusão dos alunos no período pandêmico?

12 – Que materiais eram usados no tempo escola e no tempo comunidade no período pandêmico?

Roteiro de Entrevista para os Alunos

Nome: _____

Turma: _____

Idade: _____ Profissão: _____

01 - O que motivou você a voltar estudar?

02 - Como foi estudar na escola rural durante este período da pandemia?

03 - Como eram desenvolvidas as atividades pedagógicas no tempo comunidade?

04 - Como eram desenvolvidas as atividades no tempo escola?

05 - Qual foi a maior dificuldade que você sentiu ao estudar no período da pandemia?

06 - Você considera ter aprendido os conteúdos lecionados durante a pandemia?

07 - Tem alguma coisa que você acha que poderia ter contribuído melhor para o seu aprendizado?

08 - Houve participação da comunidade escolar na construção do planejamento desenvolvido durante a pandemia? A comunidade pode opinar sobre algo?

09- De acordo com a sua opinião, teve alguma coisa que você possa destacar como algo positivo ou negativo para o ensino que aconteceu durante a pandemia?

10 - Houve evasão/exclusão dos alunos no período pandêmico?

11 - Na sua opinião, os alunos que concluíram o ano letivo de 2021 conseguiram uma aprendizagem e um desenvolvimento satisfatório?